<EDITORIAL>

**O 0,1% de super-ricos que mandam no país debocham da miséria social**

A inauguração de uma réplica do famoso touro de Wall Street (centro financeiro de Nova York) em plena região central de São Paulo, na B3 (antiga Bovespa), é a expressão mais perfeita do escárnio com que a burguesia e os banqueiros tratam a população, em meio a mais grave crise econômica e social de nossa história.

O monumento pintado de ouro numa das áreas mais degradadas da cidade deveria mostrar a suposta pujança da economia, mas acabou simbolizando a brutal desigualdade, num país em que o povo sofre com um desemprego recorde, inflação galopante e consequente queda da renda (de 10%, na população em geral, e de 20%, dentre os mais pobres). Números de uma verdadeira catástrofe. É o país das filas por ossos, dos pés de galinha inflacionados nos supermercados, das famílias buscando por alimentos no lixo.

Do outro lado, no pico da pandemia, 42 novos bilionários brasileiros entraram na lista dos super-ricos da revista Forbes, juntando-se ao seleto grupo de 315 bilionários do país que, juntos, acumulam uma fortuna de R$ 1,9 trilhão. Mais de 22 vezes o total do valor do Auxílio Brasil, o Bolsa Família turbinado de Bolsonaro, que será pago até as eleições de 2022.

Auxílio este que o governo concederá a menos pessoas do que antes, sem garantia de que irá para além de 2022, e, ainda assim, está sendo implementado à custa do calote em pensionistas e aposentados, através da PEC dos Precatórios, além de ataques como a Reforma Administrativa, cortes nos serviços públicos e uma nova Reforma Trabalhista.

Enquanto fechávamos esta edição, acabava de ocorrer mais uma chacina no Rio de Janeiro, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Mais uma chacina sob a justificativa do "combate às drogas" e que esconde, por trás, a ação de milícias na disputa por áreas e a política de genocídio da juventude negra. Mais cenas de barbárie em um país em franco processo de destruição, entrega e recolonização.

**O papel das direções do PT, do PSOL e das maiores centrais**

Vivemos, hoje, uma grande contradição: o aprofundamento da crise, dentre os “de baixo”; um rechaço cada vez maior ao governo; uma burguesia dividida (senão nos ataques, em relação à perspectiva eleitoral); e, nas ruas, a ausência de mobilizações à altura da crise e do descontentamento social.

Isso porque as direções majoritárias da oposição e dos movimentos, com o PT à frente, num primeiro momento (quando as manifestações estavam em crescimento), se recusaram a potencializar os protestos rumo a uma Greve Geral; e, agora, simplesmente seguram as mobilizações. Foi o que vimos no desmonte do 15 de novembro e na parca convocação para os atos do Dia da Consciência Negra, no dia 20.

O PT, assim como toda a oposição parlamentar e as direções do movimento, não quer derrubar Bolsonaro pela força das lutas; mas, sim, jogar o jogo eleitoral de 2022, com um programa de conciliação de classes e de unidade com a burguesia na qual cabe até mesmo Geraldo Alckmin. E isto para assegurar aos 0,1% de super-ricos que eles continuarão mandando no país, sem que esse sistema de opressão e exploração seja sequer questionado. A direção do PSOL indica que capitulará a essa alternativa.

É preciso organizar a classe trabalhadora para responder a esses dois desafios: retomar a mobilização contra a fome e na defesa de emprego, salário, terra, moradia e direitos e pelo “Fora Bolsonaro”, massificando os protestos rumo à construção de uma Greve Geral, tal como aponta a CSP-Conlutas.

Este é o único caminho para lutar pela retomada do auxílio-emergencial, com um salário mínimo enquanto durar a crise; pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; e por um plano de obras públicas que, de uma só vez, absorva parte dos desempregados e enfrente problemas como o saneamento básico e o déficit habitacional.

Ao mesmo tempo, é preciso reverter as reformas Trabalhista e Previdenciária, defendendo os servidores e os serviços públicos, assim como o meio ambiente, os indígenas, quilombolas e os direitos dos negros(as), mulheres e LGBTIs.

**Precisamos de um projeto socialista e revolucionário**

Um plano assim é possível! Basta defender a soberania do país e atacar os lucros e grandes propriedades dos super-ricos e bilionários, nacionais e internacionais, que nos exploram, oprimem e roubam o país e suas riquezas.

Não tirando dinheiro dos pobres e remediados, como faz Bolsonaro para seu programa eleitoreiro. Mas taxando as fortunas dos super-ricos, impondo um imposto progressivo que onere os bilionários e desonere os pobres e a classe média. Parando de pagar a dívida pública aos banqueiros e proibindo as remessas de lucro para fora. Parando as privatizações e reestatizando empresas como a Vale e a Petrobrás, fazendo com que atuem de acordo com os interesses da população e não para um punhado de banqueiros, fundos de investimentos e especuladores internacionais e nacionais.

O segundo desafio é o de apresentar uma alternativa independente dos trabalhadores e socialista, tanto nas lutas quanto nas eleições. Não podemos deixar a classe à mercê do projeto autoritário de Bolsonaro ou da sua variante ultraliberal e reacionária “mais educada", Sérgio Moro. Ou qualquer nome da chamada “terceira via”.

Como também não podemos aceitar o programa do PT e Alckmin, que nada mais é que a manutenção desse sistema de exploração e opressão dos 0,1% de super-ricos, que vigora no Brasil. Esse nosso país que, fundado sobre o genocídio indígena e 380 anos de escravidão, em 521 anos de história, não tem o que comemorar.

Precisamos de um projeto socialista e revolucionário, que aponte para uma revolução social e um governo dos trabalhadores, para que não haja fome e pobreza, enquanto sustentamos os privilégios de 0,1% de bilionários que vivem à custa da exploração dos trabalhadores e da rapina do país.